



Considerações sobre o Conceito de “Decadência” na Produção Historiográfica em Goiás: uma Análise acerca da Historiografia Regional do Novecentos

Rogério Chaves da Silva¹

Resumo: Partindo da premissa de que os estudos sobre a historiografia brasileira avançam na medida em que se estuda os caminhos tomados pelas diferentes historiografias regionais, pretendemos nesse artigo, analisar alguns debates e momentos fundamentais da história da historiografia regional em Goiás no século XX, tendo como eixo reflexivo o conceito de “decadência” goiana no período pós-minerador. Debruçado sobre questões metodológicas, narrativas e identidades que envolvem esse constructo conceitual, discutimos como a representação da “decadência” esteve presente em narrativas produzidas no século XIX e como, posteriormente, ganhou caracteres de conceito pela historiografia regional nos novecentos. Nesse sentido, esquadrinhamos como a “historiografia autodidata”, dominante no estado até os anos 1960, produziu uma espécie de “desfocalização da decadência” como representação histórica da região. Por fim, analisamos de que modo a “historiografia acadêmica”, que predominou em Goiás após a década de 1970, tratou essa representação em dois momentos distintos: nos anos 1970, sedimentando a “decadência” como conceito histórico definidor do período pós-minerador em Goiás, linha interpretativa esta que, nos anos 1980 e 1990, fora questionada por uma ala revisionista da historiografia regional.

Palavras-Chave: História de Goiás, Historiografia Regional, Decadência, Identidade Regional.

Considerations on the Concept of “Decadence” in Historiographic Production in Goiás: an Analysis on the Regional Historiography of the Nineties

Abstract: Based on the premise that studies on Brazilian historiography advance as we study the paths taken by different regional historiographies, in this article we intend to analyze some fundamental debates and moments in the history of regional historiography in Goiás in the 20th century, having as axis reflective the concept of “decay” in Goiás in the post-mining period. Looking at methodological issues, narratives and identities that involve this conceptual construct, we discuss how the representation of “decadence” was present in narratives produced in the 19th century and how, later on, it gained concept characters through regional historiography in the nineteenth century. In this sense, we looked at how the “self-taught historiography”, dominant in the state until the 1960s, produced a kind of “defocusing of decay” as a historical representation of the region. Finally, we analyze how the “academic historiography”, which predominated in Goiás after the 1970s, treated this representation in two distinct moments: in the 1970s, sedimenting “decadence” as a defining historical concept of the post-mining period in Goiás, an interpretative line that, in the 1980s and 1990s, was questioned by a revisionist wing of regional historiography.

Keywords: History of Goiás, Regional Historiography, Decadence, Regional Identity.

Apresentação

¹ Licenciado e Bacharelado, Especialista, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Instituto Federal Goiano Campus Avançado Hidrolândia. Desenvolve pesquisas sobre temas relacionados à Teoria da História, História da Historiografia, História e Historiografia Regional e Identidades.



Já no final do século XVIII, a partir dos escritos históricos atribuídos ao vereador José Corrêa Seixas, é possível avistarmos algumas tentativas iniciais de se registrar, por meio de uma narrativa histórica, o passado de uma região denominada pela administração portuguesa de Goiás. No oitocentos, as linhas sobre a história da região continuaram sendo redigidas. Àquela época, escrevendo memórias, corografias ou anais, destacaram-se o Cônego Luiz Antônio da Silva e Souza, o Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos e o Presidente de Província José Martins Pereira de Alencastre – a notável trindade historiográfica do século XIX. Afamando como “fundação” da história de Goiás a partida da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, ou propriamente o noticioso achado de minas de ouro no sertão dos *Guayaze* em 1725, a historiografia que se investiu da tarefa de narrar “o passado goiano” elaborou diversos relatos sobre os mais variados fenômenos pretéritos ocorridos no território de Goiás. Enredado pelas penas de cronistas, viajantes, memorialistas, estudiosos, historiadores e outros interessados em produzir narrativas sobre a experiência histórica, o passado da região foi contado de acordo com os próprios modos de se produzir história em suas respectivas épocas a partir de determinados cânones escriturários.

Não obstante, é importante ressaltar que, além dos registros produzidos por esses “historiadores”, o século XIX foi o período em que vários viajantes e naturalistas europeus (Auguste Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, Wilhelm von Eschwege, Luis D’Alincourt, Francis Castelnau) palmilharam os caminhos goianos e produziram importantes relatos acerca da realidade natural e humana que avistaram em Goiás. Esses registros históricos oitocentistas, assim como os do próprio Cunha Mattos, abrigam um potencial informativo incomensurável, principalmente, porque acessam dimensões da vida humana pretérita que não estão disponíveis em outras documentações, especialmente, àquelas relacionadas às vivências sociais e aos aspectos culturais vistos em Goiás naquele período histórico. Daí o fato de que esses registros se constituem em um acervo documental extremamente sedutor e, por isso, foi (e ainda é) intensamente investigado por uma miríade de historiadores que pesquisam(ram) sobre história regional nos séculos XX e XXI.

Sem embargo, os relatos históricos destes viajantes e naturalistas europeus que estiveram em Goiás no século XIX guardam uma singularidade: suas impressões sobre as terras goianas, em muitos aspectos, mostraram-se impregnadas de tonalidade depreciativa acerca de comportamentos, costumes, sujeitos e/ou sobre a realidade goiana que presenciaram. Vivenciando o momento de plena ou pós-falência das minas de ouro em Goiás, os relatos dos



viajantes, os de Cunha Mattos, assim como muitos relatórios de governadores de capitanias e presidentes de províncias, teriam produzido registros históricos que desenharam uma fisionomia de decadência para a região. Uma decadência que estava para além da decrepitude do rendimento das minas, tratava-se de uma decadência cultural que impregnava costumes da população local. Para os europeus, entre os goianos reinava a preguiça, o ócio, a indolência, o concubinato, a apatia e a pobreza. Ao retratar essa imagem desoladora, Johann Pohl (1976, p. 141), por exemplo, afirmou com contundência que o “ócio é máxima felicidade dessa gente”. O autor, ainda ressaltou que a preguiça era tamanha que um soldado raso:

[...] tendo de levar uma carta da Fazenda Real ao Palácio do Governo, a apenas duzentos passos de distância, não a leva ele próprio. Manda-a por um negro escravo e a toma à soleira do edifício, por isso, para ele com essa inatividade e preguiça, os brancos decaíram tanto que à maioria deles falta até o necessário traje para compareceram decentemente à Igreja aos domingos (POHL, 1976, p. 141-142).

Saint-Hilaire (1975, p. 126) também realçou o estado de letargia social que encontrou ao perambular por terras goianas: “quando vemos a indolência e o tédio estampados nos rostos dos agricultores estabelecidos ao longo da estrada, é difícil deixarmos de sentir um certo desprezo por eles. Esses homens são de uma pobreza extrema e nada fazem para sair dela”. Na visão do autor francês, imperava entre os goianos de Vila Boa certo desregramento moral e por viverem em um ambiente de monotonia completa e sem qualquer perspectiva, acabavam se entregando, costumeiramente, ao consumo de cachaça:

[...] é fácil entender por que os homens do lugar, afastados de um ameno convívio social e levando uma vida de ociosidade no meio de mulheres sem princípios e sem a menor instrução, se mostram pouco exigentes em matéria de gosto e diversão. Fica assim explicado o gosto generalizado pela cachaça entre os habitantes de Vila Boa. Enfraquecidos pelos seus próprios desregramentos, entediados por uma vida sem perspectiva, eles encontram na aguardente o estimulante que os arranca por alguns instantes de sua apatia e os impede de sentia monotonia de sua existência (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54)

Raimundo da Cunha Mattos, Governador das Armas nomeado por D. Pedro I, transitou por diferentes regiões goianas durante os anos de 1823 e 1824. Descreveu, minuciosamente, as localidades que visitou, mas, também reforçou a preguiça reinante que avistou entre os goianos: “o povo de Goyaz é dotado de grandes talentos para todas as artes: a preguiça, ao contentarem-se com o pouco, a lembrança da nobreza e riqueza dos seus maiores, faz que tão extraordinarios beneficios da natureza sejam por elles desprezados” (CUNHA MATTOS, 1875, p. 278).

Estudando a produção historiográfica regional do século XX, é possível constatar o quanto essas imagens acerca de Goiás e dos goianos enunciadas por essas fontes históricas oitocentistas, inquestionavelmente, influenciaram muitas representações históricas que foram



construídas sobre o passado da região. Por isso, colocá-las em discussão traduz nosso esforço, inscrito a esse artigo em compreender capítulos importantes da própria história da historiografia regional em Goiás. É o que buscamos demonstrar a seguir.

A “Historiografia Autodidata” em Goiás e a “Desfocalização da Decadência”

Desde princípios do século XX até os anos 1960, a escrita da(s) história(s) de Goiás tratava de um empreendimento intelectual que esteve ao encargo de médicos, advogados, jornalistas, políticos, militares, enfim, pessoas com diferentes formações, mas que tinham um interesse comum: elaborar narrativas que contassem importantes capítulos da história goiana. Assinando a autoria dessas obras estavam profissionais que viviam de outras ocupações, seja como funcionários públicos, ou atuando na cena política, no atendimento médico à população, na redação de jornais, na carreira jurídica ou nos quartéis militares.

Em meio a essas atividades que garantiram a sobrevivência de si e da família ou até o aumento de seus cabedais particulares, encontrava-se outra que, embora não fosse vinculada à formação profissional deles, ocupou parte importante de suas vidas: escrever sobre história de Goiás, seja pelo gosto que cultivavam pelas letras, ou pelo apego à erudição, ou para a satisfação de fins pessoais e/ou políticos (no sentido amplo do termo), ou em nome da concretização de um ideal (ou por essas razões em conjunto), narrar os fenômenos históricos ocorridos nas latitudes goianas era uma tarefa que fazia parte da vivência intelectual desses homens letrados. Dentre eles, podemos citar o médico Antônio Americano do Brasil e os “advogados-professores” Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga.

Essa produção histórica que predominou em Goiás do início do século XX até a década de 1960 denominamos de “historiografia autodidata”. Essa fase da historiografia regional foi constituída por textos de história regional elaborados por estudiosos que, mesmo não tendo a formação disciplinar especializada e o ofício do historiador como atividade profissional, dedicaram-se à pesquisa e à escrita da história goiana. Plasmados, em muitos aspectos, pelos moldes de uma determinada historiografia que o IHGB consagrou no oitocentos, esses estudiosos produziram uma escrita da história regional que enfocava o episódico, o encadeamento cronológico de fenômenos político-administrativos, buscando no trato com as fontes construir verdadeiras sùmulas acerca dos eventos pretéritos em estudo.

O círculo de intelectuais goianos a que esses “historiadores autodidatas” pertencia era constituído, em sua maioria, por profissionais formados nos quadros da Escola Militar da Praia Vermelha ou das Faculdades de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro, destarte, vivenciaram



toda a onda cientificista que grassou nessas instituições em fins do século XIX e início do século XX. Além disso, estiveram atentos aos debates irrompidos naquela quadra acerca da constituição de uma nação moderna e sobre os papéis do litoral e do sertão na formação de uma identidade genuinamente brasileira. Goianos de nascimento que eram esses estudiosos, convergiram em torno de um empreendimento que se voltava para demonstrar o papel que o sertão poderia exercer no desenvolvimento da nação.

Esse ardor pela efetiva integração de Goiás ao projeto de nação moderna que se desenhava naquele momento também passava, necessariamente, pela valorização de sua história. Nesse sentido, alguns desses estudiosos se dedicaram à escrita da história de seu estado natal. Tratava-se da elaboração de textos que, em seu bojo, abrigava o anseio por encontrar no passado rastros e traços que fundamentassem determinadas marcas identitárias da região. Com efeito, esses historiadores “autodidatas” empreenderam uma relação com o passado impregnada pelo desejo de afirmação de uma memória e de uma identidade regional.

Produziram uma escrita da história em que se buscava resgatar no passado eventos marcantes, feitos importantes, personagens de vulto e condutas exemplares ocorridas, sobretudo, na história política da região e que funcionassem como espelho para a constituição dessa identidade: entendida como um modo de viver caracterizado pelo amor à Goiás, pela defesa do território e dos interesses regionais, pelo zelo às “tradições” e pela impressão de um sentido ético-político ao agir dos goianos que, à semelhança “desses grandes homens do passado”, contribuiriam para o desenvolvimento da região.

Não consistia, portanto, em uma tentativa de conformação da identidade regional preocupada em desenhar uma fisionomia cultural dos goianos, e sim de um empreendimento de natureza, eminentemente, ético-política, na medida em que apresentava fenômenos pretéritos, comportamentos e modelos de condutas exemplares deveriam ser resgatados da experiência histórica regional.

Dentre os vários documentos acessados por essa “historiografia autodidata”, particularmente, por Americano do Brasil, Natal e Silva e Zoroastro Artiaga estão as fontes históricas oitocentistas mencionadas anteriormente, pois é possível encontrar em seus trabalhos, referências e citações de trechos extraídos delas. No entanto, acreditamos que a leitura dirigida por esses historiadores a essas fontes históricas, por estar carregada de valores nativos e



permeada pelo esforço em delinear os traços de uma identidade regional² pretendida, teria produzido uma espécie de “desfocalização da decadência” como representação negativa de Goiás e dos goianos do passado.

Não que negassem categoricamente que essa perspectiva estivesse impregnada na visão desses europeus que palmilharam os caminhos ou que governaram o território goiano no oitocentos. Em nossa perspectiva esses historiadores autodidatas, sequiosos por construírem uma determinada memória regional que fixasse experiências e personagens históricos que fossem exemplares para os goianos do presente e da posteridade, simplesmente “desfocalizaram” essas representações de decadência construídas por esses europeus que estiveram em Goiás no período em questão, diferentemente do que fizeram pesquisadores em uma determinada fase da historiografia acadêmica (como veremos a seguir).

Nos escritos de *Americano do Brasil*, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, foram raríssimas as passagens nas quais deram voz à fala tão pronunciada nessa documentação. E, quando a incluíram, usaram de sutilezas retóricas e deixaram transparente que se tratava de sentenças particulares emitidas pelos interlocutores que protagonizavam esses documentos:

[...] Não receando melindrar os ânimos do agitado govêrno que o antecederá, [o presidente de província Caetano Maria Lopez Gama] levou ao conhecimento de S. M. uma severa crítica do estado de decadência em que debatía Goiás. Reconhecer as causas da poderosa astenia que pesava sôbre a situação econômica, foi de seus primeiros atos. [...] Consultando ao Coronel Cunha Mattos, então em o norte, sôbre as causas do estado regressivo do coração da monarquia, obteve como resposta que os três males responsáveis eram: a indolência dos habitantes, a generalização do celibato e má tática dos governos (BRASIL, 1961, p. 97). De sua longa viagem colheu D. José de Vasconcelos, tristes impressões gerais. A pobreza, a falta de estímulo, o desânimo no serviço das lavras, a falta de braços, eram outras coisas dignas da maior atenção, de todo o cuidado, porque como muito bem soube compreender o Governador, “só um soberano esforço poderia fazer a Capitania voltar ao seu esplendor de outrora”. Sendo a mineração, incontestavelmente, uma dessas fontes, cuidou também de torná-la mais fecunda (NATAL e SILVA, 2002, p. 239).

Americano do Brasil, por exemplo, dedicou um subtítulo de a “Súmula da História de Goiás” à exposição do “Fastígio e Declínio do Ouro”. Em sua concepção, “a indústria mineira entrava já em decadência, depois de quatro lustros de proventos fabulosos”, isto é, após cerca de vinte anos de fausto, a produção aurífera viera a experimentar seu declínio, pois “da superfície da terra, o metal amarelo recuara para o subsolo e para as correntes fluviais, onde sua

² Subsumido ao exercício escriturário desses estudiosos, havia o anseio por lembrar e reforçar determinadas situações pretéritas e exemplos de conduta que fossem típicos daqueles sujeitos históricos que “amaram Goiás” ou que pelo menos fizeram algo pelo engrandecimento da região. O ato de recordar e registrar determinados eventos históricos por meio de uma narrativa plena de adjetivações e de elementos normativos denota o esforço por eternizar nomes, imortalizar certos feitos e de fixar modelos de agir que se tornassem característicos de uma identidade regional que se pretendia constituir.



extração demandava grandes trabalhos e aparelhamentos mais aperfeiçoados” (BRASIL, 1961, p. 66). Logo, a decadência registrada nesse texto não coincide com a imagem desoladora descrita por administradores e viajantes, refere-se à ruína de uma atividade extrativa que, sem dúvida, atingiu a vida social e econômica da região.

Analisando o período minerador em Goiás, Natal e Silva (2002) destinou um tópico de sua obra “História de Goiás” ao que ele chamou de “Decadência Positiva da Mineração”. Em linhas gerais, esse “jurista-historiador” argumentou que o declínio da mineração teve seu lado positivo ao possibilitar o desenvolvimento de outras atividades produtivas em Goiás, sobretudo, a agricultura e a pecuária, o que durante a extração aurífera não foi possível, pois os braços e a atenção dos governantes estavam quase todas voltadas para o esforço em alcançar a riqueza dourada:

As novas tentativas empreendidas também por Luiz da Cunha, no sentido de levantar a mineração, velho ideal de todas as ambições de quem e de além-mar, deixaram pelos seus sucessivos insucessos patenteada a positiva decadência da mineração. Ia a população procedendo para a lavoura e para a indústria pastoril, ao passo que abandonava, pouco a pouco, as lavras (NATAL e SILVA, 2002, p. 337)

Para esses historiadores, as experiências pretéritas com contornos negativos que eram dignas de registro se tratavam daquelas relacionadas às ações de administradores portugueses que, ao virem para Goiás, não contribuíram para o desenvolvimento político-econômico da região. Tanto Americano do Brasil, como Natal e Silva, expôs, de modo veemente, reprovações quanto à política portuguesa de estimular tão somente a mineração. “Condenou” a postura do governo português em tentar proteger a qualquer custo essa atividade em Goiás durante o século XVIII, furtando-se de fomentar, por exemplo, a agricultura, a navegação fluvial, o comércio, a produção manufatureira e a pecuária, cujos estímulos só foram pensados com a decrepitude da mineração:

Foi no governo de Caldeira Pimentel que vigoraram as absurdas ordens régias determinando que só houvesse um caminho para Goiás e trancando a navegação no intuito de evitar o descaminho do ouro. [...] Incriminamos esse capitão-general [Luiz da Cunha Menezes] de um fato: não ter promovido em larga escala a navegação dos rios, logo que essa foi franqueada, secundando os esforços do capitão-general do Pará. [...] Para remate, apareceram as proibições vexatórias, contidas no bando mandado executar pelo Governador de S. Paulo e no qual vedava os canaviais e engenhocas de aguardente nas minas de ouro, a que outro bando, publicado em S. Paulo, a 22 de agosto de 1732, acrescentou a proibição dos engenhos de açúcar. Ordenou mais esse bando que aqueles que possuísem plantações de cana as destruíssem no prazo de dois meses! [...] Já andavam mal as coisas com tal rigor, quando para o cúmulo zelo e da exigência, determinou-se ao Provedor que sem a apresentação da licença do Governador, não permitisse a entrada de ninguém em Goiás. [...] Mas, o desrespeito de toda essa arbitrariedade e de todo esse rigores, furtavam-se as vezes perfeitamente, à severidade, o contrabando e o desrespeito, aumentando rapidamente o extravio do ouro (NATAL e SILVA, 2002, p. 138).



Para além da convergência de pontos de vista sobre determinadas experiências do passado, acreditamos que nessas apreciações de Natal e Silva (2002) e Brasil (1961), havia latente um sentimento nativo comum ao enfatizar experiências históricas em que representantes da administração portuguesa teriam deixado de promover o desenvolvimento das potencialidades econômicas da região naquele período.

Ademais, nota-se que a decadência narrada nos textos desses historiadores da primeira metade do século XX consistia, sobejamente, na ruína de uma atividade econômica que foi responsável pelo fluxo migratório, pelo povoamento e pelo estabelecimento efetivo da administração portuguesa na região e não de uma representação que fixava um quadro social e cultural como típico de Goiás: a ociosidade, a letargia social, o desprezo pelo trabalho, a preguiça reinante e o isolamento.

O projeto de memória e de identidade regional subjacente a essa escrita da História obnubilava esse desenho cultural e social negativo delineado por governadores, presidentes de província, naturalistas e viajantes europeus. Era uma “leitura nativa” do novecentos contrastando, ou melhor, filtrando, a partir de seu sistema de referências, o que lhe era pertinente dessa “leitura adventícia” do oitocentos. Os olhos historiográficos desses estudiosos não enfocaram ao manusearem essas fontes históricas oitocentistas, os registros de experiências que esboçassem aspectos negativos como peculiares da região.

A Historiografia Acadêmica em Goiás e a Sedimentação do Conceito de Decadência

No início da década de 1970, a produção historiográfica em Goiás experimentou uma inflexão substancial, que marcada por particularidades teórico-metodológicas essa historiografia acadêmica constituída por historiadores/historiadoras com formação disciplinar, se apresentou com uma fisionomia distinta a da produção anterior (autodidata): o exame crítico das fontes históricas utilizadas, o cuidado metodológico, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a produção/apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo da crítica acadêmica. Enfim, uma historiografia preocupada com a validação científica dos resultados investigativos.

A partir da constituição de uma historiografia acadêmica em Goiás, notamos que muitas pesquisas sobre história regional acabaram por empreender outra interpretação sobre os relatos históricos contidos nessas fontes oitocentistas, em especial, sobre a questão da decadência goiana no período pós-minerador. E, sem dúvida, naquele momento em que se estabelecia um novo modelo de historiografia em Goiás, Luis Palacin Gomez foi decisivo não só para os rumos



tomados pela pesquisa histórica no estado³, como também foi o historiador responsável pela sedimentação do conceito de “decadência” como representação definidora da fisionomia histórica goiana a partir da decrepitude da mineração.

Em sua tese de livre-docência, Palacin, basicamente, construiu uma análise acerca da dinâmica econômica da mineração e do contexto social goiano entre o período de 1722 e 1822. Do ponto de vista metodológico, o historiador espanhol valeu-se vigorosamente de documentos oficiais: correspondências e relatórios dos governadores da Capitania e presidentes de províncias (século XVIII e início do XIX), cartas régias, editais, bandos, portarias, ofícios, alvarás, regimentos e livros da Fazenda Real, dentre outros.

Além disso, as Memórias de Silva e Souza e de Antonil, e, a própria Corografia Histórica de Cunha Mattos e os Anais de Alencastre, foram de extrema importância para a investigação. Todavia, nessa tese de livre-docência, Palacin consagrou outras fontes históricas, que foram moderadamente utilizadas pelos historiadores autodidatas, mas, que a partir de então, encontraria grande acolhida metodológica entre a historiografia acadêmica: os relatos dos viajantes e naturalistas do século XIX (Auguste Saint-Hilaire, Emmanuel Pohl, Wilhelm von Eschwege, Luis D’Alincourt, Francis Castelnau). Irrefragavelmente, a partir dessa pesquisa de Luis Palacin, esses registros históricos se constituíram em um dos acervos documentais mais acessados pelos pesquisadores que se dedicaram à história de Goiás do setecentos e do oitocentos.

Nessa investigação histórica em que analisou a economia mineradora e suas conjunturas de apogeu e decadência em Goiás, Palacin recorreu a três locais de enunciação: o olhar oficial, do governo português e dos administradores da antiga capitania; o olhar dos europeus, dos viajantes que estiveram em Goiás durante o século XIX; e a memória resgatada da oralidade herdada dos tempos da mineração e que perpassou também pelos séculos XVIII e XIX, presente nos escritos de Silva e Souza.

No tocante à sua análise acerca da “conjuntura da decadência”, Luis Palacin serviu-se, primordialmente, dos relatos desses viajantes/naturalistas europeus. De uma análise predominantemente socioeconômica em que números, cifras, gráficos, estimativas ditaram a tônica explicativa para a “conjuntura de apogeu”, o que se percebe é que a decadência foi delineada não só pelo decréscimo da produção aurífera, mas, especialmente, por seus contornos

³ Esse argumento encontra-se melhor demonstrado em meu trabalho intitulado “O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen”. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.



socioculturais, ou seja, a ociosidade, a letargia social, o desprezo pelo trabalho, a preguiça reinante e o isolamento.

As memórias de Silva e Souza, que falavam desse sentimento comum de tristeza e nostalgia dos goianos acerca dos momentos de fausto da mineração no setecentos e os registros dos governadores de Capitânicas, que acusavam para os sintomas dessa crise, serviram de aporte metodológico para retratar essa conjuntura de decrepitude. No entanto, foi nos relatos desses viajantes e naturalistas que Palacin encontrou maior sustentáculo documental para representar esse “estado de decadência” que assolou a região após a bancarrota das minas de ouro.

Para tornar mais transparente a questão, retomamos alguns argumentos do historiador espanhol Palacin. Inicialmente, sob o primado da quantificação, o autor frisou que a decadência da mineração foi resultado da quebra do rendimento das minas, mas, que arrastou consigo outros setores para uma ruína parcial. O autor argumentou ainda, que a produção bruta de ouro decaiu consideravelmente a partir de 1778, mesmo tendo essa exploração já dado mostras de desgaste no final da década de 1750. Asseverou que essa conjuntura de decadência, iniciou-se em 1778, concordando, então, com o parecer do governador Fernando Delgado de Castilho, tendo se arrastado pelo século XIX, pois a “partir de 1779, o quinto não mais alcançou as 15 arrobas, e em 1820 (‘às vésperas da independência’) não chegava sequer a uma arroba; a mineração praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa” (PALACIN, 1976, p. 173). Entretanto, alicerçado nos registros dos viajantes europeus, Palacin reforçou que a decadência psicológica e social antecipava ao esgotamento das minas:

O mineiro médio preferia ver no fenômeno da decadência um efeito apenas do esgotamento das jazidas, enquanto o governo tendia a destacar a sonegação dos quintos pelo contrabando. Por isso, o mineiro continuava sonhando – sonho que cada vez se tornava mais remoto – que novos descobertos ressuscitaram os dias gloriosos do passado (PALACIN, 1976, p. 175).

Pretendendo explicar os motivos dessa decadência, o historiador novamente se amparou nas considerações feitas pelos viajantes que buscaram argumentos para elucidar a questão. Dentre eles, o mais citado foi o uso de técnicas obsoletas para a extração do minério. Palacin (1976, p. 176) registrou que Eschwege, por exemplo, “atribuía toda a decadência da mineração à carência de conhecimentos técnicos e à falta de organização [...] o próprio governo nunca soube dirigir a mineração com uma legislação adequada”.

Permanecendo à sombra desses relatos, o autor retomou sua interpretação enfatizando a fugacidade do período de prosperidade e a brusca transição para a ruína opaca, que impossibilitou “a sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos”



(PALACIN, 1976, p. 195). Apresentou três manifestações que classificou como “profundas e duráveis da decadência: uma de caráter sociogeográfico, a ruralização, a crise do trabalho e o derrotismo moral com base na psicologia coletiva” (PALACIN, 1976, p. 177). No tocante à ruralização da vida, assinalou que no período áureo da mineração a população se concentrava, em sua maioria, nos centros urbanos, mas com a decadência passou para uma rápida dispersão da população pelos campos: “confirmam-se, desta forma, as impressões recolhidas por Pohl e Saint-Hilaire sobre o abandono da Capitania por parte de grandes massas da população, sobretudo branca, a acentuar-se a decadência da mineração” (PALACIN, 1976, p. 109).

Um dos grandes símbolos dessa decadência seria a fisionomia que adquiriram os antigos centros urbanos, locais de povoamento mineiro, outrora cheio de vida, “agora”, com a aparência decaída: “o capim cresce nas ruas, a maior parte das casas encontram-se abandonadas, as habitações e construções começam a se desmanchar” (PALACIN, 1976, p. 198). Além disso, o gosto pela ociosidade, o desprezo pelo trabalho braçal, complementam essa face da decadência em Goiás.

A delonga nessa exposição sobre essas bases interpretativas palacinianas tem uma justificativa: a “decadência” da sociedade goiana no período pós-minerador sedimentou-se como um conceito histórico que se lastreou pela historiografia regional. Nessa narrativa do espanhol, a “decadência” não representa um mero vocábulo significador do declínio de uma atividade econômica, mas como vimos, define um quadro social, econômico e cultural (com reflexos até psicológicos) que assolou Goiás a partir do último quartel do século XVIII e que perpassou o XIX. A partir do contato com essas fontes do oitocentos, Palacin absorveu uma determinada leitura sobre a realidade goiana do período e fixou a “decadência” como uma fisionomia histórica que definiria a região nessa quadra temporal. Acreditamos que a sedimentação do conceito de “decadência” como definidor da sociedade goiana no período pós-minerador abriga uma espécie de “nó metódico-narrativo” que, por sua importância à compreensão dos caminhos trilhados pela historiografia regional, merece ser desatado.

Primeiramente, é preciso demarcar que essa questão também encerra outra diferença metodológico-narrativa em relação à produção histórica autodidata. Enquanto os estudiosos dessa fase, mesmo tendo contato com essas mesmas fontes, produziram uma “desfocalização da decadência”, ofuscando uma possível representação negativa de Goiás e dos goianos do passado. A historiografia acadêmica, a partir da tese de Palacin, engendrou a “fixação da



decadência” como um conceito histórico capaz de definir o retrato social, econômico e cultural de ruína que marcou a região com a decrepitude da atividade mineradora.

O projeto de identidade regional e uma determinada “leitura nativa do passado”, que impregnaram a escrita da história dos estudiosos autodidatas, eclipsaram esse desenho cultural e social negativo tracejado por governadores de capitania, presidentes de província e, principalmente, pelos naturalistas e viajantes europeus. Em contrapartida, uma “leitura adventícia” acerca de Goiás, contida nessas fontes do oitocentos, foi também apropriada por Luis Palacin e, desde então, acabou se arraigando na produção historiográfica em Goiás.

Por mais paradoxal que possa parecer, como conhecemos a maior parte das pesquisas realizadas por Palacin, não temos dúvida de que era um historiador que primava pela crítica das fontes. Entretanto, no que se refere a essa perspectiva dos viajantes acerca da “decadência goiana”, concebemos que o proceder metodológico desse espanhol foi atravessado por sua visão também “adventícia” que, no tocante a determinadas notas históricas, afinava-se com o tom de “decadência” que esses europeus do XIX conferiram à região.

Partindo do princípio de que a leitura que fazemos da realidade que nos cerca é em grande medida relacional, ou seja, derivada da relação que estabelecemos com determinados referenciais valorativos, éticos, estéticos, políticos que possuímos e que incide na forma como construímos significados e damos sentido ao mundo social, acreditamos que nessa pesquisa, a operação metodológica de Luis Palacin foi atingida, de modo subjacente, por sua “visão ainda alienígena” sobre Goiás. Como esse trabalho foi desenvolvido por meio de suas andanças pelos arquivos goianos durante a primeira década dos quase quarenta anos em que viveu no estado, julgamos que essa “perspectiva adventícia”⁴ contribuiu para que, ao elaborar essa investigação, assentisse com muitas apreciações que viajantes, governadores de capitania e presidentes de província endereçaram ao contexto de “decadência goiana”.

Nenhum outro trabalho, no interior dessa historiografia acadêmica regional do novecentos encontrou tamanha repercussão entre os historiadores do que essa tese de livre-

⁴ Luis Palacin Gomez nasceu em Valladolid, Espanha, aos 21 de junho de 1927. Em 1944, ingressara na Companhia de Jesus, no Noviciado de San Estanislau, em Salamanca. De 1948 a 1951, cursou licenciatura em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Comillas. Em 1954, licenciou-se em História pela Universidade de Salamanca. Em 1957, foi ordenado padre jesuíta na cidade de Comillas. Foi transferido para o Brasil em 1958 e no início da década de 1960 desembarcou em Goiás para evangelizar e ministrar aulas na Universidade Católica de Goiás, cuja administração havia sido entregue à Companhia de Jesus. Cursou doutorado na Universidade Complutense de Madri, entre 1965 e 1967. A pesquisa feita por Palacin e que resultou em sua tese de livre-docência foi fruto de suas primeiras andanças pelos arquivos do estado de Goiás, ainda na década de 1960, quando reuniu documentos históricos para essa célebre obra da historiografia goiana.



docência de Luis Palacin, diga-se de passagem, a única existente na área da História em Goiás. Ademais, é importante que se saiba que essa tese teve quatro edições: a primeira, publicada em 1972, pelo Departamento Estadual de Cultura e Editora Oriente; a segunda edição, em 1976, também pela Oriente; a terceira, em 1979, foi reeditada com um título “menos acadêmico”, “O Século do Ouro em Goiás” (editora Oriente) e, por último, a quarta edição, em 1994, publicada pela editora da UCG.

Dentre as investigações acadêmicas no âmbito da história regional no estado, essa se tornou uma das obras mais editadas em Goiás. Só não teve mais edições que outro trabalho, também de sua autoria, o qual elaborou em parceria com a professora Maria Augusta Sant’anna de Moraes, “História de Goiás (1722-1972)”, que, com feições didáticas e mais acessível a um público não especializado, alcançou sete edições. Mas, vale lembrar que, concernente ao período pós-minerador, as bases interpretativas são as mesmas da tese de livre-docência. Sendo assim, até a primeira metade dos anos 1990, essa interpretação palaciniana acerca da “decadência” em Goiás ecoou entre os pesquisadores de história regional, constituindo-se, assim, numa espécie de tradição historiográfica em Goiás, tributária da percepção que os viajantes tiveram da região.

A Historiografia Acadêmica e a crítica Revisionista ao Conceito de Decadência

Fazendo um exercício diametralmente inverso, é possível apontar, entretanto, para algumas pequenas fraturas nessa recepção, aparentemente, consensual da tradicional interpretação de Palacin. Na década de 1970, podemos encontrar elementos críticos a essa perspectiva no trabalho de Paulo Bertran, intitulado “Formação Econômica de Goiás”, publicado em 1978, na qual realizou um exame abrangente sobre os diferentes momentos da economia goiana, desde a estrutura estabelecida pela mineração no século XVIII aos reflexos econômicos da instalação de Brasília no planalto central. Nesse estudo, o que mais nos interessa é sua tentativa, talvez a primeira em trabalhos regionais, de repensar a propalada interpretação sobre a decadência de Goiás a partir da falência da mineração e, sobretudo, de problematizar o discurso dos viajantes que acabou por fixar uma paisagem da ruína goiana nessa quadra histórica. Realçando os impactos típicos da mineração, Bertran argumentou que as marcas deixadas pelo fim dessa atividade econômica no território goiano foram semelhantes às aquelas deixadas em qualquer outro lugar onde essa atividade foi praticada, portanto, não há que se falar em decadência como um fenômeno tipicamente ocorrido em Goiás:

Finalmente o século da mineração em Goiás, em termos estritamente econômicos, constitui um regime de exceção no concerto das atividades produtivas do território.



Caracterizar como decadência o fim da mineração em Goiás equivale considerar a extração aurífera atividade criativa e não predatória, como sempre foi em toda parte do mundo (BERTRAN, 1978, p. 42).

Logo em seguida, Bertran buscou “relativizar” a dimensão dessa decadência, assinalando, mais uma vez, as especificidades econômicas e sociais da atividade mineradora e indicando como determinadas condições regionais favoreceram a decrepitude da extração aurífera em Goiás:

A economia aurífera atingia maturidade e a decadência viria nos umbrais do século XIX. Diminuíam-se os coeficientes de investimentos nas lavras de ouro, não se repunham escravos, a rentabilidade natural dos vezeiros decaía. A decadência, vezes tantas ressaltada pelos viajantes da época existiu em termos. Mineração sempre foi negócio cigano e virulento, ignorante de fronteiras e de massa demográfica. Fluxo e defluxo de gente em quantidade não esperava mais tão logo descoberto ouro. Testavam-se as jazidas regionais: se promissoras erigia-se o arraial e logo nas adjacências punha-se gado a pastar. Via de regrar prosperava três décadas, dependendo da qualidade e dispersão das jazidas em torno e do acesso fácil às estradas de mercancia. Sua decadência e abandono também obedeciam a causalidades estritas (BERTRAN, 1978, p. 47).

Tentando contornar a pasmeira econômica e social que, segundo viajantes e administradores portugueses, teria tomado conta da plaga goiana no século XIX. Bertran procurou compreender a região valorizando suas peculiaridades sociais, culturais e, inclusive, econômicas, para isso, definiu a economia goiana do período como sendo “de abastância”:

Enfim, para a primeira metade do século XIX, é possível ter-se mantido a situação descrita em 1828. Por esta época constata-se ainda simultaneidade de existência da economia de mineração, com economia agropecuária de abastância e economia pecuária de exportação. [...] Enfim, a economia agrícola, propriamente, surge por excelência como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia comercial pecuária. Nem economia de subsistência nem comercial, a agricultura goiana do século XIX poderia caracterizar-se talvez como de abastância, vez que seu mercado só raras vezes ultrapassa as barreiras extra-regionais pelo proibitivo da relação preço/custo de transporte (BERTRAN, 1978, p. 66-67).

Como último ato dessa sequência crítica, Paulo Bertran, certamente enviesado por seu olhar nativo, disparou ironicamente contra a apreciação dos viajantes, os quais, incompreensíveis em relação às singularidades da vida sertaneja, acentuaram o ócio como apanágio do povo goiano:

De resto, a ociosidade geral do povo só era condenada por viajantes e observadores vindos da apertada e difícil Europa – um Pohl, um Saint-Hilaire, um Cunha Matos – condenação essa não destituída de um talvez inconsciente fundo de inveja pelo pobre, sensual e *non-chalant* paraíso caboclo de Goiás nos anos 1800. São eles, em termos de folgança e despreocupação, os expoentes máximos da vida goiana, coincidindo com os momentos de afrouxamento da relação de troca extra-regionais e do conseqüente desinteresse por extrair e expatriar mais-valia do povo e do território (BERTRAN, 1978, p. 68).



Nos anos 1980, tivemos outro *insight* crítico desse jaez, desta vez promovido pelo professor Sérgio Paulo Moreyra (1987) no conciso, porém, fecundo artigo “O Olho que vê o Mundo”. Primeiramente, o autor apontou as limitações metodológicas encontradas pelos pesquisadores que se enveredam pela história goiana dos séculos XVIII e XIX, os quais se veem restringidos, heurísticamente, entre fontes oficiais e memórias histórico-científicas:

Para os que investigam a história de Goiás, esse é um problema de solução difícil, em virtude do tipo de documentação histórica disponível e conhecida presentemente. Só existem em Goiás, em larga escala (com relação aos séculos XVIII e XIX), dois tipos de testemunhos documentais: os documentos oficiais e as memórias históricas ou científicas (MOREYRA, 1987, p. 163).

Dentre as “memórias científicas”, Moreyra destacou os textos de Saint-Hilaire e chamou atenção para a necessidade de uma leitura cuidadosa e crítica dessas fontes, as quais serviram de sustentação para várias representações históricas elaboradas pela historiografia regional e brasileira sobre o oitocentos:

Um excelente exemplo das armadilhas ideológicas que se escondem no bojo dessas memórias científicas, é o livro de Augusto de Saint-Hilaire, “Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás”. Esse livro tem sido amplamente utilizado na historiografia brasileira e quase sempre sem que se questione, com os instrumentos da crítica histórica, o rigor de suas observações sociais (MOREYRA, 1987, p. 164).

Em seguida, o autor sintetizou a percepção que o francês teve sobre o que viu em terras goianas. Impressões que transitavam, segundo ele, entre o “espanto” e a “agressão”, de quem se alarmou com o estado de decadência dos caminhos, das habitações, da população, enfim, de tudo que foi visto em sua jornada científica em Goiás:

Saint-Hilaire, o mais célebre dos naturalistas viajantes que visitaram Goiás no século passado, bordejou o Planalto Central, em direção a Santa Luzia, em maio de 1819. A descrição que fez dessa viagem é mantida quase sempre entre o espanto e a agressão a uma região cuja rusticidade surpreendeu o pesquisador: péssimos caminhos, fazendas abandonadas, engenhos em ruínas, arraiais despovoados. Enfim, a decadência retratada em tudo o que observava no decurso de suas vagarosas jornadas de coleta botânica (MOREYRA, 1987, p. 164).

Alcançando o cume de sua escalada reflexiva, Moreyra lançou um princípio crítico que, posteriormente, seria uma das bases dos argumentos da revisão historiográfica exibida por Nasr Chaul: era preciso tomar os textos de Saint-Hilaire e de outros viajantes europeus como locais que enunciam subjetividades, ou seja, são fontes históricas que, como qualquer outra, encontram-se arraigadas de valores e percepções de quem as produziu. Em suma, era necessário compreender que as impressões emitidas por eles sobre Goiás e seu povo eram fruto do olhar de homens do século XIX, que vivenciavam, no Velho Mundo, uma realidade social e



econômica totalmente distinta da que encontraram no Brasil, que estavam imbuídos de outros valores e que, portanto, liam o mundo a partir de seus referenciais:

Entre o que seus olhos viram e o que compreendeu, medeia uma distância, coberta por sua visão européia. As impressões do naturalista são as impressões do naturalista. É necessário ver hoje as coisas que ele viu, da forma pela qual ele não pôde enxergá-la, vê-las como ele não pôde vê-las. Antes de tudo, os olhos de um europeu. Homem urbano de um contingente conflagrado pela conjuntura de amadurecimento do capitalismo, não compreendia o processo de agrarização de uma área colonial que as minas haviam povoado. Católico rigoroso, não podia tolerar sem profunda repulsa e indignação moral, a religiosidade indisciplinada e já então sincrética, de um povo nominalmente católico. Investiu a presença de párocos e qualificou de prostituição o concubinato, que era a forma corrente e aceita de matrimônio (MOREYRA, 1987, p. 164).

No início da década de 1990, Paulo Bertran, novamente, protagonizou um exercício de “crítica historiográfica”. Em uma notória conferência, “Memória Consútil e a Goianidade”, de 1993, Bertran disparou seu tom cáustico em direção a três paradigmas, “costurados” pela história e historiografia de Goiás: o “paradigma da decadência”, o “paradigma Goiânia” e o “paradigma da penetração do capitalismo”. Quanto ao primeiro deles, àquele que mais nos interessa para os termos dessa discussão, o pesquisador criticou o fato de que a imagem da decadência perpassou um largo período da história goiana, passando a representar os fenômenos históricos regionais de parte considerável do século XVIII, e que, danosamente, se alastrou na percepção histórica sobre todo o século XIX:

Haja decadência! No caso extremo nada menos do que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação, ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados (BERTRAN, 2006, p. 66).

Ainda que esses lampejos de crítica histórica tenham se manifestado em décadas anteriores, o projeto de revisão historiográfica de maior envergadura foi apresentado, em 1995, por Nasr Chaul em sua famosa tese de doutorado (1995), “Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade”. Nessa pesquisa, Chaul discutiu como o “estigma” da decadência goiana foi construído, sobretudo, a partir dos relatos dos viajantes europeus do século XIX; criticou o modo como essa representação permeou as análises realizadas sobre a história de Goiás; discordou de interpretações calcificadas na historiografia regional e, ainda, se atentou para a forma como os arautos do período fizeram uso político-ideológico da ideia de decadência e atraso para propagandear que inauguravam um “novo tempo” em Goiás, o da modernidade, cujo maior suporte simbólico fora Goiânia.



Problematizando a “visão europeizante” que viajantes, naturalistas, governadores de capitania e presidentes de província endereçaram à realidade goiana, Chaul se propôs a rediscutir como esse “olhar europeu”, embotado de referenciais do Velho Mundo, contribuiu para sedimentar algumas representações negativas sobre Goiás:

Em suma, a visão e o conceito que os viajantes produziram sobre Goiás, a partir de suas impressões e observações de viagem, é o de decadência. [...] criava-se, por intermédio dos relatos citados, uma idéia de isolamento, de amargura, de tristeza atávica, de letargia social, de marasmo econômico, de dias iguais a todos os dias. Criava-se uma imagem de solidão, que tinha no sertão o cenário ideal, a expressão mais exata, o preço mais caro (CHAUL, 2002, p. 60 -61).

Chaul replicou o fato dessa representação da decadência, gestada a partir dos relatos de viajantes, cronistas e administradores do oitocentos, ter assumido a dimensão de verdade incontestável sobre o contexto histórico goiano pós-minerador e não isentou de críticas os historiadores de seu tempo que, acriticamente, reproduziram essas impressões:

De Silva e Souza (1812) a Cunha Matos (1823), do Dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D’Alincourt (1818), Burchell (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que trataram o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime. [...] todo esse conjunto de negativas criou uma imagem de Goiás que ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade incontestável por todo esse Goiás afora. Repetida pelos historiadores contemporâneos, Goiás passou a ter um perfil de terra da decadência, retrato de uma sociedade que parecia não possuir o mínimo básico para existir devido a sua inoperância, sua carência de tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça (CHAUL, 2002, p. 40-41).

Na concepção do autor, do mesmo modo que essa “visão alienígena” sobre Goiás oitocentista magnificou a decadência, as distâncias, o ócio, a pobreza ou a falta de comunicação, também engrandeceu um período setecentista de fausto e riqueza proporcionado pelo ouro, o qual não se tem indícios documentais se realmente existiu. Daí a necessidade, advertira Chaul, de se rever não só a ideia de decadência como também a imagem do fausto, pois, colocadas dessa forma, elas produzem a impressão especiosa de um contraste de realidades de difícil comprovação em fontes históricas. Por conseguinte, Chaul não acreditava nessa discrepância entre um momento inicial (embora efêmero) de prosperidade, indiferente ao isolamento, desprovido de precariedade, dinâmico e arraigado pelo labor, e outro, logo em sequência, onde a crise do ouro acarretara uma prolongada decadência, momento de plena de escassez, de insulamento, marcado por um povo letárgico e indolente.

Entendemos que esse projeto de revisão historiográfica encaminhado por Nasr Chaul abrigava, assim como o de Paulo Bertran, a tentativa de se pensar os fenômenos históricos regionais a partir de uma “visão nativa”, ou seja, um olhar que se mostrasse consciente da



temporalidade própria a que estavam imersos estes sujeitos do passado; atento às particularidades sociais, econômicas e culturais dessas experiências históricas; cauteloso quanto às comparações que colocavam a realidade goiana, lado a lado, com outras tão díspares e que “distorciam” a compreensão acerca da historicidade do “sertão”; e, sobretudo, um olhar desejoso por reordenar a identidade histórica regional.

Com o propósito de refutar as representações construídas a partir de uma “visão europeia” sobre Goiás, Chaul (2002, p. 240) argumentou: “a sociedade local não era indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira”. O “olhar estrangeiro” – advertiu o historiador –, não percebeu que observavam uma sociedade em transição para a agropecuária, senhora de seus limites e de suas carências, cuja precariedade, lentidão e indolência não eram tão diferentes de uma suposta sociedade próspera, laboriosa e dinâmica de antanho.

Desse modo, não queria Chaul (2002, p. 26) que os goianos continuassem sendo uma “imagem refletida por relatórios de governos provinciais e por viajantes europeus”. Era necessário, historiograficamente falando, compreender a experiência histórica regional a partir de seu próprio compasso e de suas especificidades locais: “Goiás, portanto, não era nem decadente, nem atrasado, apenas caminhava de acordo com suas possibilidades, no ritmo estabelecido pelo lugar que ocupava no conjunto da sociedade brasileira” (CHAUL, 2002, p. 241).

Apontar para esse empreendimento crítico de Chaul sem nos referirmos à repercussão por ele alcançada seria de certo modo negligenciar uma importante faceta da produção historiográfica regional do período. Mesmo tendo sido defendida em 1995, os ecos dessa crítica historiográfica puderam ser ouvidos em vários trabalhos da segunda metade da década 1990. Desse exercício reflexivo praticado por Chaul, várias questões foram apropriadas por seus pares de ofício. É incontestável que a sua percepção analítica mais retida pelos historiadores em Goiás foi sua crítica à criação do estigma da decadência que perpassou viajantes, cronistas, administradores e estudiosos da história regional. Embutida nessa crítica se encontrava seu diagnóstico sobre a leitura empreendida por viajantes, administradores portugueses e cronistas do oitocentos que interpretaram a realidade goiana do passado a partir de valores e referenciais europeus e que, por conseguinte, construíram imagens negativas sobre as experiências e sujeitos históricos que viveram no “sertão” goiano.



Não obstante, notamos que a apropriação dos princípios analíticos apresentados por Chaul teve como um de seus desdobramentos uma espécie de “radicalização crítica” acerca das impressões emitidas principalmente pelos viajantes e naturalistas do século XIX. No texto de Chaul, perpassa alguma “ironia sutil” quando se refere ao fato de os viajantes não conseguirem enxergar as especificidades da vida sertaneja que imperava em Goiás àquela quadra histórica. Entretanto, em alguns textos de historiadores que se valeram de seus elementos críticos, observamos em algumas passagens uma “vigorosa ironia” quando julgavam o fato de esses estrangeiros não conseguirem “compreender” Goiás ou até um posicionamento crítico que, anacronicamente, os censuravam por não terem lido a realidade goiana com imparcialidade.

Não há como negar que a visão dos viajantes abrigava singularidades de uma leitura relacional, própria de quem enxerga o mundo a partir de seus referenciais. Contudo, não se pode, por isso, depreciar o valor histórico e a riqueza de informações presentes nesses relatos que, apesar de “embotados de realidade europeia”, ainda são extremamente valiosos para se compreender episódios importantes da história regional.

Submeter essas fontes à crítica (o que muitos passaram a fazer depois da revisão de Chaul) não significa, em nosso ponto de vista, desqualificar as interpretações que estes forasteiros formularam sobre a realidade goiana oitocentista ou cobrar um distanciamento valorativo que não estava posto para aqueles homens do novecentos. Decerto, essas manifestações críticas sejam reflexo dessa tentativa de empreender uma leitura do passado regional guiado por uma “visão nativa”, um olhar histórico que se investe de uma clarividência porque acredita conhecer melhor a complexidade dos processos históricos regionais. Mas, para deixar essa questão mais nítida, trouxemos um trecho da dissertação de mestrado de Margarida Corrêa (1997), a qual se valeu dos elementos revisionistas de Chaul, que nos revela traços dessa “radicalização crítica” que passou a figurar em algumas pesquisas que lançaram mão dessas fontes históricas:

Eram esses viajantes legítimos representantes da mentalidade européia da época, cujo padrão de avaliação dos homens e de sua produção se dava, basicamente, por critérios econômicos, de acordo com o êxito e fracasso alcançados. Não é de admirar, portanto, que tenham ajuizado a Capitania/Província de Goiás inadequadamente, emitindo sobre a mesma uma série de mal-entendidos. Ademais, ao revelarem o olhar estrangeiro sobre Goiás, demonstraram como as imagens que foram sendo construídas de fora para dentro acabaram por semear idéias que foram incorporadas pela historiografia regional ao longo do tempo, reproduzindo suas visões de mundo - plenas de atitudes culturais estabelecidas anteriormente, de forte conteúdo discriminatório e racista. Trazendo a postura do “civilizado” diante de uma população “atrasada”, atribuíram ao estilo de vida rural de Goiás das primeiras décadas do século XIX o signo da decadência material e moral: as mulheres eram ou reclusas e inibidas ou devassas sem princípios, todas ignorantes; os brancos, libertinos, soberbos e



preguiçosos; os negros imorais e os sertanejos, a personificação da apatia e da indolência (CORRÊA, 1997, p. 230).

Considerações Finais

Neste artigo, o propósito nuclear foi o de discutir como a representação da “decadência” esteve presente em narrativas produzidas no século XIX sobre Goiás e como posteriormente adquiriu contornos conceituais na historiografia regional no novecentos. Argumentamos que a chamada “historiografia autodidata”, dominante no estado do início do século XX até os anos 1960, produziu uma espécie de “desfocalização da decadência” como representação histórica da região, tendo em vista o projeto de memória e de identidade regional que buscaram construir na primeira metade do século. Posteriormente, analisamos de que modo a “historiografia acadêmica”, que predominou em Goiás após a década de 1970, tratou essa representação, sedimentando a “decadência” como conceito histórico definidor do período pós-minerador em Goiás, linha interpretativa esta que, nos anos 1980 e 1990, fora questionada por uma ala revisionista da historiografia regional.

Procuramos demonstrar que o historiador Luis Palacin Gomez, em sua tese de livre-docência, uma das mais importantes obras da historiografia regional, foi responsável pela sedimentação do conceito de decadência, o qual foi apropriado por grande parte da produção historiográfica goiana, entre as décadas de 1970 e 1980. Interessante registrar que Nasr Chaul, ao realizar a crítica acerca da interpretação palaciana que se alastrou pela historiografia goiana, deu mostras do quão vasto era o respeito que tinha por Palacin. Em sua pesquisa (1995), que também se tornou um clássico na historiografia goiana, o autor problematizou o discurso dos viajantes europeus do século XIX e, por conseguinte, acabou se contrapondo à interpretação do historiador espanhol acerca da decadência da sociedade goiana com a crise da mineração.

Não obstante, fica perceptível no texto a prudência e a sutileza que demonstrou ao assumir que discordava e se desvencilhava dessa interpretação de Palacin. Sabemos, entretanto, que o historiador espanhol foi o grande expoente dessa historiografia que deu vazão à perspectiva dos viajantes. Mas, é preciso reconhecer que quando se tem um estudioso como referência intelectual, certamente, opor-se a ele nunca é uma tarefa fácil. Provavelmente, por isso, na introdução do trabalho, Chaul externou o turbilhão de sentimentos que o invadiu ao tornar pública uma pesquisa acadêmica que colocava em xeque algumas proposições históricas de “seu mestre”:

[...] O Goiás que estamos buscando passa pela destruição de nós mesmos, numa volta de recolhimento do próprio cordão umbilical do conhecimento, de contrapor-se ao próprio espelho da criação e dos criadores, de nos divorciar, por vezes, de nossos



mestres mais queridos. Medo e solidão, fragilidade e fortaleza, desafio e inquietação nos moveram (CHAUL, 2002, p. 24-25).

Pela retumbância produzida pela tese de Chaul no interior da historiografia regional, cuja ressonância foi até maior nos anos 2000, avaliamos que os anos 1990 foi palco de uma “passagem de cânones interpretativos” relacionados à história de Goiás, ou seja, havia, desde a década de 1970, algumas linhas interpretativas dominantes na historiografia regional, mas que, ao serem revistas nos anos de 1990, foram perdendo sua “hegemonia” como referência para se pensar a história goiana. Em sua tese de livre-docência, Luis Palacin (1972) trouxe uma interpretação que ancorada nas impressões dos viajantes e relatórios de administradores da capitania/província, fixou a “decadência” como um conceito histórico definidor da historicidade regional no período pós-minerador.

Essa leitura de Palacin acabou se convertendo em uma linha interpretativa mestra para se compreender a fisionomia histórica da região, tanto de fins do século XVIII como sobre parte considerável do XIX. Vasculhando as pesquisas históricas elaboradas nas três últimas décadas do século XX, ficou patente como essa perspectiva interpretativa formulada pelo espanhol se lastreou pela historiografia regional, ficando consagrada como referência histórica para se compreender o passado da região nessa quadra temporal.

Embora tenha sido atingida por algumas fagulhas críticas, foi com a revisão historiográfica proposta por Nasr Chaul, de que essa linha interpretativa predominante foi colocada em xeque, dando lugar a uma outra perspectiva que, com o tempo, galgou ao posto de “cânone interpretativo” que passou a dirigir muitos estudos sobre momentos importantes da história regional entre os séculos XVIII até o XX.

Depois do empreendimento crítico de Chaul, tornou-se lugar comum entre os pesquisadores de história regional o procedimento de “relativizar” ou até criticar as representações históricas construídas a partir dos relatos dos viajantes europeus, dos capitães-generais ou presidentes de província. A partir de então, os fios interpretativos urdidos por Luis Palacin em seu afamado “Século do Ouro”, que outrora agasalhou tantos especialistas que incursionaram pelo passado regional, não mais encontrou tamanha guarida entre os “historiadores goianos”, mas, pelo contrário, converteu-se em alvo de constantes críticas, sobretudo, na produção historiográfica da década seguinte.

Referências

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás**: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946 (Tomo II). Goiânia: s.n, 1961.



- BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. **Revista UFG**, Goiânia, ano VIII, n. 1, junho, 2006.
- BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.
- BRASIL, Antonio Americano do. **Súmula de História de Goiás**. 2 ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2 ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.
- CHAVES DA SILVA, Rogério. **O jesuíta e o historiador: a produção historiografia de Luis Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.
- CORRÊA, Margarida Maria da Silva. **Da construção do olhar europeu sobre o novo mundo ao (re)descobrimento do reino tropical**. Goiânia. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.
- CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia histórica da Província de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico e Etnográfico Brasileiro**, tomo XXXVII, 1ª parte, 1º Trimestre, 1874 e tomo XXXVIII, 1ª parte, 1º Trimestre, 1875.
- D'ALINCOURT, Luis. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975.
- GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1976.
- MOREYRA, Sérgio. O olho que vê o mundo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 7/8, n. 1/2, jan./dez., 1987/1988.
- NATAL e SILVA, Colemar. **História de Goiás**. 3 ed. Goiânia: IGL, 2002.
- PALACIN, Luis. **1722-1822 – Goiás: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas**. Goiânia. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1972.
- PALACIN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **1722-1822 – Goiás: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. 2 ed. Goiânia: Oriente, 1976.
- PALACIN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1975.
- POHL, Johann Baptist Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1976.
- SAINT-HILAIRE, Ausguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975.